



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Ed. Sede, Sala 200
70047-900 Brasília – DF
Telefone: (61) 2104-9381/9377/Fax: (61) 2104-9355/9362
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

XX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul

Brasília/Brasil, 29 a 31 de outubro de 2008

Informe Brasileiro

Período: abril de 2008 a outubro de 2008

XX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul
Brasília/Brasil, 29 a 31 de outubro de 2008

Informe Brasileiro

Período: abril de 2008 a outubro de 2008

Apresentação

O ano de 2008 deu continuidade à implementação de programas fundamentais para o avanço das políticas de promoção da igualdade de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres brasileiras.

Entre os principais programas de políticas públicas gerais com impactos evidentes na vida das mulheres lançados no período, no contexto do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011, definidor das metas e do suporte orçamentário para o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cabe destacar:

- o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de 50 medidas envolvendo investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões na infra-estrutura do país, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010.

- o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci - Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007), que integra ações de segurança pública e políticas sociais para o enfrentamento da criminalidade, com investimentos de R\$ 4,8 bilhões na integração de políticas de segurança pública com ações sociais nas 11 regiões mais violentas do país.

- o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que inclui metas de qualidade para a educação básica; a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, além do aumento de 114 mil vagas para a rede federal de educação superior até 2009.

No caso da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Plano Plurianual 2008-2011 se estrutura em:

- três programas: Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres; Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas.

- seis objetivos setoriais: 1) Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres; 2) Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero; 3) Implementar, no âmbito do Estado, políticas que promovam a conciliação entre as atividades domésticas e possibilitem a alteração da atual divisão sexual do trabalho; 4) Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; e 6) Contribuir para a ampliação do exercício do poder pelas mulheres, possibilitando sua participação em todas as esferas de decisão.

Do ponto de vista da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, o momento foi de consolidação política e de encaminhamentos das resoluções da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (agosto de 2007) expressas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), que foi lançado em agosto de 2008, com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação, incluído aí um Capítulo dedicado às medidas voltadas para a sua Gestão e Monitoramento. Participam da sua execução 18 órgãos da administração pública federal (ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Cidades, Turismo, Desenvolvimento Social, Planejamento, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Cultura e Meio Ambiente; secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, SECOM, FUNAI e IPEA), além de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Nesse período foram significativos os avanços no que se refere às instituições nacionais responsáveis pelo empoderamento das mulheres.

Em junho de 2008 tomaram posse as novas conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), para o biênio 2008-2010, que de acordo com o Decreto 6.412, ampliou sua composição para o biênio 2008/2010. Nesse novo mandato, o número de integrantes passou de 36 para 40, sendo 16 representantes do Poder Público Federal; três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero a serem indicadas pelo novo Pleno do CNDM; e 21 representantes de entidades da sociedade civil, de caráter nacional, escolhidas por meio de votação do colégio eleitoral composto por representantes das entidades habilitadas a uma vaga no Conselho.

A proposta de renovação do CNDM resultou de um amplo processo de discussões e para as entidades se habilitarem a uma representação no Conselho Nacional foram exigidos três pré-requisitos: compartilhar dos princípios da Política Nacional para as Mulheres, aprovados na I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; atuar na mobilização, na organização, na promoção, na defesa ou na garantia dos direitos das mulheres há, pelo menos, dois anos; atuar, no mínimo, em sete estados e em três macro-regiões.

Além das ações específicas enquanto Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o trabalho do CNDM também é voltado para o fortalecimento de conselhos de direitos da mulher nos estados e municípios brasileiros. Em 2003 havia informação da existência de 90 Conselhos Municipais e 20 Conselhos Estaduais. Hoje a Secretaria do CNDM registra 236 Conselhos cadastrados: 25 Estaduais, devendo ser criados, brevemente, os conselhos estaduais de Rondônia e Sergipe; e 211 conselhos municipais. Com relação a estes conselhos, a responsabilidade por supri-los de orçamento e estrutura é dos estados e municípios, dada a existência de um pacto federativo no País. Destaque-se que o caráter de tais mecanismos é de articulação e controle social.

Considerando ser fundamental a existência de organismos de políticas para as mulheres em todas as esferas do executivo, como ação do próprio II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), tem sido estimulada e apoiada pela SPM sua criação nas administrações municipais e estaduais, sob a forma de Secretarias, Superintendências ou Coordenadorias da Mulher, vinculadas diretamente ao gabinete do governador (a) ou prefeito (a).

De 2004 para 2008, o número de organismos de políticas para as mulheres aumentou significativamente, passando de 13 para 201, sendo 18 estaduais e 183 municipais. Outra importante ação da SPM para o fortalecimento da institucionalidade de gênero foi a criação do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados.

1. Informações relativas a novas normativas sobre mudanças constitucionais, leis e regulamentos.

No período deste Informe, importantes instrumentos legais no âmbito da promoção e defesa dos direitos das mulheres foram aprovados.

Dentre estes, destaca-se o Decreto nº 6.481/2008, assinado em 12 de junho, que lista as piores formas do trabalho infantil e proíbe o trabalho doméstico para menores de 18 anos;

Entre as leis aprovadas, destacam-se a Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2. Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

No que diz respeito à consolidação e aos importantes avanços da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, contemplados no Plano Plurianual – PPA 2008-2011 e na Agenda Social do governo, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, nestes meses de 2008, destaca-se a instalação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em diferentes estados e municípios do Brasil.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher representou uma importante iniciativa do Governo Brasileiro, concretizando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, principalmente no que se refere aos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência e a implementação da Lei Maria da Penha. O Pacto parte de uma lógica tripartite e a pactuação garante a interiorização e a capilarização dos pressupostos e ações previstas

O dia 22 de setembro de 2008 marcou os dois anos de existência da *Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha*¹. A Pesquisa Ibope realizada pela Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, constatou que em dois anos de implementação, a Lei tem aprovação de 83% da população brasileira. Os dados sinalizam que do total de entrevistados, homens e mulheres, 68% declararam conhecer ou perceber a eficácia da Lei Maria da Penha, ainda que de forma informal, isto é, sem ter acesso ao texto da lei.

¹ A Lei Maria da Penha, de 07 de agosto de 2006, efetiva-se como um importante instrumento jurídico de criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. É fundamentada em documentos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A Lei dispõe, ainda, sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Art. 1º).

Dados da Central de Atendimento à Mulher demonstram que, nesse balanço de dois anos de atividade, entre agosto de 2006 a agosto de 2008, houve um aumento significativo dos atendimentos de orientação sobre a Lei Maria da Penha. Os registros em 2006 foram de 6.219, contra 47.975 no ano de 2007 e 69.554 de janeiro a agosto de 2008, somando 123.748 atendimentos que se destinaram especificamente a esse tipo de orientação.

Quanto aos registros gerais de atendimento do Ligue 180, referentes aos relatos de violência - denúncia, reclamações, sugestões, elogios e procura por serviços, o impacto da Lei é evidenciado pelo aumento na procura por informações. Em 2007 os registros somaram 204.978 atendimentos e só no período de janeiro a agosto de 2008 o número alcançou 166.970 atendimentos. Em alguns estados, por exemplo, o número de registros de atendimentos no Ligue 180 apresentou um aumento de 327%, como em Pernambuco, e 300% no Maranhão. Cumpre ressaltar que o aumento dos registros ocorreu em todos os estados brasileiros. O resultado desse crescimento deve-se, em grande medida, à maior divulgação da Lei, investimentos em melhorias tecnológicas, ao aperfeiçoamento do sistema e à capacitação das atendedoras.

Lançado em 2007 e integrado por 11 estados da Federação, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres conta hoje com a adesão de 13 unidades federativas: Amazonas, Pará, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul

A visão da integralidade das ações do Pacto organizam-se em quatro grandes áreas estruturantes, são elas: Consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Enfrentamento à Feminização da Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres e Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de Prisão.

Entre as atividades desenvolvidas para a “Consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha” destacam-se o apoio financeiro às iniciativas e projetos para o fortalecimento da rede de atendimento; capacitação de profissionais da rede; a central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; o Observatório da Lei Maria da Penha; e o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas.

Neste cenário, e com o compromisso de ampliar a rede de serviços de assistência à mulher em situação de violência, foram inaugurados cinco Centros de Referência em diferentes cidades brasileiras: Porto Velho – RO, Cabo Frio – RJ, Teresina – PI, São Luis - MA, Belém – PA e Cuiabá-MT, iniciadas as capacitações da rede de atendimento no Rio de Janeiro e Distrito Federal e instalado o Observatório Nacional de Monitoramento da Implementação da Lei Maria da Penha.

No tocante às ações e campanhas educativas, destaca-se a instalação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Quanto às campanhas em âmbito nacional, destacam-se: Lançamento do Siga Bem Mulher 2008, que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro, em parceria com a Petrobrás; a Campanha “16 dias de ativismo pela não violência” 2008, que reafirma o compromisso do Estado Brasileiro com a Implementação da Lei Maria da Penha;

No âmbito do Judiciário, a partir da realização em março de 2008, da II Jornada Maria da Penha, em parceria com o Ministério da Justiça - MJ/Secretaria da Reforma do Judiciário - SRJ e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, concretizaram-se ações voltadas para a capacitação e a inclusão da Lei Maria da Penha, visando alcançar os Juízes e Juízas atuantes e em formação.

Já foram lançadas 3 chamadas públicas para apresentação de projetos para financiamento aos Tribunais de Justiça e Varas Especializadas, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos Estaduais que resultaram em: 7 novos Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, 11 Novos Núcleos Especializados no Atendimento à Mulher e 2 novas Promotorias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Foram fortalecidos 3 Juizados, 5 Núcleos e 1 Promotoria.

No campo do “Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres” a SPM, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, implementou projeto piloto e análise de construção de metodologia de atendimento às mulheres vítimas do tráfico de pessoas, que incluiu seminários para caracterização do tráfico de mulheres.

A SPM também apoiou a execução de projetos com ONGs que compõem a “Aliança Global contra Tráfico de Mulheres” – GAATW, para a criação de um banco de dados sobre o Tráfico no Brasil e a realização de 02 Colóquios sobre o Tráfico de Pessoas, com representantes de todas as regiões do Brasil e também da Bolívia, Paraguai e Colômbia. E em setembro de 2008 foi realizado o III Seminário sobre Tráfico de Pessoas, em Belém do Pará, preparatório para o Encontro bilateral entre o Brasil e o Suriname

Dando cumprimento às medidas emergenciais propostas em dezembro de 2007, pelo diagnóstico do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado para revisar o sistema prisional feminino do país, em fevereiro de 2008 foi lançado o mutirão nacional de assistência jurídica integral e gratuita às mulheres em situação de prisão, coordenado pelas Defensorias Públicas. A primeira etapa do Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos atingirá 12 estados – SP, TO, AC, SE, MS, MT, CE, GO, SC, PR, PE e RJ, contemplando 20,3 mil detentas, cerca de 78% das detentas do país em 2008.

3. Educação

Entre as ações desenvolvidas nesse âmbito, cabe destacar os programas voltados a todos os níveis de educação e pesquisa em gênero e feminismo em que a SPM vem atuando, em parceria com outros órgãos do governo federal.

O Programa Gênero e Diversidade na Escola, lançado em 2005 como projeto piloto, envolvendo 6 estados da Federação, é um curso, na modalidade de ensino a distância, que passou a fazer parte, a partir de 2008, da Rede de Educação para a Diversidade, que integra a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa é uma parceria da SPM com o Ministério da Educação (MEC/SECAD/CAPES) e com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Voltado para a capacitação de professores (as) e gestores(as) das escolas públicas para lidar com a diversidade nas salas de aula, combatendo atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, relações étnico-raciais e as diversas orientações sexuais, o Programa

contou este ano com a adesão de 20 Universidades públicas e um público alvo estimado para a edição 2008-2009 de 10.000 educadores (as) e gestores(as) da rede pública de ensino.

O Programa Mulher e Ciência, também desenvolvido a partir de 2005, é uma parceria entre a SPM, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação e o UNIFEM, com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no País e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero integra o Programa e consiste em um concurso de redações e artigos científicos, voltados para estudantes do ensino médio, ensino superior e graduados, que até sua 3^a edição, em 2007, alcançou um público de cerca de 5.000 estudantes. A 4^a edição do prêmio de 2008 foi lançada pela Ministra Nilcéa Freire e a vice-presidente do CNPq, na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 2008.

Também foi lançado pela Ministra Nilcéa Freire e a vice-presidente do CNPq, na abertura do Encontro Internacional Fazendo Gênero, em agosto de 2008, em Santa Catarina, o 2^o Edital de pesquisas do CNPq na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Em sua segunda edição (agosto-outubro de 2008), o Edital recebeu o aporte financeiro de R\$ 5 milhões de reais, contando com a nova parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a inscrição de 364 projetos de pesquisa.

Ainda como parte do Programa Mulher e Ciência, está em preparação o 2^o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, previsto para maio de 2009, cuja primeira reunião preparatória, que reuniu representantes de redes, publicações e eventos nacionais de grupos de pesquisa da área, foi realizada em agosto de 2008.

Em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC foi lançado também o Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, através de um edital de apoio a 11 bolsas de Mestrado para pesquisas sobre o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, para o qual se inscreveram 38 estudantes de 17 estados do Brasil.

4. Saúde

As políticas nesta área foram desenvolvidas em estreita parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Na área de violência contra a mulher, o Ministério da Saúde investiu R\$ 5,4 milhões em 2008 para a formação das Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. E, como consequência da Lei Maria da Penha, foi elaborado o documento técnico “Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual”.

Em 2008 foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – 2008 pelo Ministério da Saúde. Esta Política expressa o compromisso do Sistema Único de Saúde (SUS) com povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo. A SPM compõe este grupo, juntamente com o Ministério da Saúde e representantes destas comunidades

O debate sobre a autorização da interrupção da gravidez nos casos de fetos anencéfalos esteve presente no período deste Informe. O Supremo Tribunal Federal realizou 3 audiências públicas com entidades de mulheres, científicas e feministas sobre a questão da anencefalia. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi ouvido em duas audiências, sendo que em uma delas foi representado pela presidenta do Conselho, a Ministra Nilcéa Freire

5. Trabalho

Nas atividades voltadas para o maior empoderamento das mulheres no mundo do trabalho nas áreas rurais e urbanas, cabe mencionar, além da continuidade das ações de diversos programas, a segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero (Biênio 2007/2008). O Programa é dirigido a empresas ou instituições públicas e privadas e registrou um crescimento de 100% do número de organizações participantes (de 16 para 38). Esta segunda edição encerra-se em dezembro de 2008, após o processo de avaliação final do Comitê, com a entrega do Selo Pró-Equidade de Gênero às empresas e instituições que cumprirem seus Planos de Ação

Nesta segunda edição, o processo de monitoramento *in loco* dos Planos de Ação implementados pelas organizações inscritas, está sendo desenvolvido em duas etapas de visitas, o que possibilita a identificação de dificuldades e problemas e garante um desenvolvimento mais seguro das ações programadas.

Outras inovações foram: a criação de um Comitê *ad-hoc*, constituído por professoras e professores dos Núcleos de Estudos de Gênero de Universidades situadas em diferentes pontos do país, para apoiar a Coordenação no processo de monitoramento da implementação do Programa; e a realização, em setembro de 2008, da Oficina “Programa Pró-Equidade de Gênero: Oportunidades Iguais. Respeito às Diferenças”, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, com o apoio da OIT e do UNIFEM.

A Oficina veio atender à demanda das Coordenações de Comitês de Gênero das empresas participantes do Programa, por maior capacitação, embasamento teórico e troca de experiências práticas de e para o enfrentamento da desigualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher foi lançado em 2007, no Estado do Rio de Janeiro, pela SPM em parceria com os governos estaduais, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Business Professional Women – BPW e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. A partir de 2008, ganhou dimensão nacional, sendo implantado também nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, em parceria com os Estados de Santa Catarina, Paraíba e Distrito Federal.

Desenvolvido a partir dos eixos Fomento ao Empreendedorismo e Trabalho e Ocupação, suas atividades estão direcionadas para as mulheres empreendedoras que possam tanto criar novos negócios, como desenvolver os existentes; e mulheres pobres, em situação de vulnerabilidade social, participantes ou não, de programas de inclusão social. Paralelamente, o Programa atende às gestoras e gestores públicos das Secretarias Estaduais participantes das ações e às redes locais de apoio.

No período deste Relatório, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –SPM ainda abriu uma nova frente de atuação, participando do Conselho Nacional de Imigração na condição de observadora. O Conselho foi criado pela Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Sua estrutura é formada por um colegiado quadripartite com representantes do Governo Federal (9), de trabalhadores (5), de empregadores (5) e da sociedade civil (1). Entre suas atribuições, previstas no Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993, citam-se: orientar e coordenar as atividades de imigração; formular a política de imigração; promover ou fomentar estudo de problemas relativos à imigração; opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, proposta por órgão federal.

A SPM também participou da Oficina de trabalho “Diálogo Tripartite sobre políticas públicas de migração para o trabalho”, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Conselho Nacional de Imigração, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, realizado em São Paulo, Brasil, no período de 25 a 28 de agosto de 2008.

6. Política

No período aqui considerado, foram implementadas diversas ações voltadas para a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, que constitui um dos objetivos centrais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, destacado como um dos focos principais da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Estas ações deram continuidade às iniciativas propostas pelo Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (22 de abril de 2008). O Fórum tem por objetivo articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres, com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política. Integram o Fórum representantes de instâncias de mulheres de 16 partidos políticos, das mais diversas tendências ideológicas.

Em agosto de 2008, foi lançada a Campanha “Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!”, que se propõe a ser um instrumento permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade através de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, um dos objetivos da Campanha em sua primeira fase foi a eleição de mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais.

Nessa primeira etapa foi lançada uma plataforma eleitoral que elenca políticas a serem incorporadas nas plataformas de candidatas e candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade. Foram criados *Spots* de rádio que destacam a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, e o site www.maismulheresnopoderbrasil.com.br, que reúne informações e dados, nessa primeira etapa, sobre as eleições 2008.

7. Participação internacional

Entre as diversas participações internacionais da Ministra Nilcéa Freire e da equipe da SPM, cabe destacar as seguintes atividades.

A 17ª Conferência Internacional de Aids, realizada em agosto na Cidade do México, que visou o fortalecimento dos sistemas de assistência sanitária, em países desfavorecidos e a promoção da luta contra as injustiças sociais, como a pobreza, homofobia e discriminação sexual.

Em julho de 2008, foi realizado em Brasília, o seminário “Gênero e Macroeconomia - uma abordagem feminista”. O evento ocorreu no âmbito do Fórum de Mulheres do IBAS – Acordo Índia, Brasil e África do Sul - e voltou-se para o fortalecimento da participação das mulheres e reconhecimento da contribuição fundamental das mulheres para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Brasil, da África do Sul e da Índia. Abordou temáticas como divisão sexual do trabalho, co-responsabilidade das tarefas reprodutivas e de cuidados, representação política das mulheres e valorização feminina no mundo do trabalho, para serem apresentadas à reunião do Fórum de Mulheres.

A reunião do Fórum de Mulheres, preparatória da Cúpula do Fórum IBAS, realizada em outubro na Índia, contou com a participação da Ministra Nilcéa Freire e de representantes da sociedade civil. Cada um dos países integrantes expôs suas diretrizes e planos de atuação de políticas para as mulheres. Foi aprovado um memorando de entendimento entre os países e um plano de ação do Fórum de Mulheres para o próximo ano, quando o referido Fórum ficará sob a presidência do Brasil.

Promovido pela SPM, BNDES e British Council, contando com o apoio do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Seppir, SEDH e Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi realizado o seminário internacional Brasil-Reino Unido “Oportunidades Iguais e Diversidade nas Empresas - Gênero, Raça/Etnia e Pessoas com Deficiência”, em agosto de 2008, no Rio de Janeiro. O seminário, por meio de reflexões, debates e mostra de boas práticas, discutiu o desafio para as empresas públicas e privadas de tornarem o ambiente corporativo mais igualitário e diverso.

Cabe ainda destacar que a ministra Nilcéa Freire participou, em setembro, da 63ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como integrante da comitiva do Presidente Lula em Nova Iorque. Na ocasião, para debater temas como saúde, mortalidade materna e o empoderamento da população feminina, a Ministra Nilcéa Freire participou de diferentes eventos como o "Africa Women's Forum", a “Network of Global Leaders”, o “Terceiro Encontro das Mulheres Líderes”, que tem como tema “Mulheres líderes fazem a diferença”, convocado pela Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice. Participou ainda do “Commitment to Progress for Mothers, Newborns and Children”, organizada pelo Chile, Finlândia e Tanzânia e reuniões de trabalho a respeito do 3º ODM: “Igualdade de Gênero e Fortalecimento do Papel da Mulher: Pré-requisito para Atingir todos os ODM até 2015”.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também integrou a delegação brasileira que se reuniu no início de outubro com autoridades e gestores do governo haitiano, para apresentação das propostas do Brasil para implementação da segunda fase do Plano Nacional para o Combate à Violência contra as Mulheres no Haiti. A cooperação Sul-Sul entre Brasil e Haiti na área de combate à violência contra as mulheres é composta ainda pela Agência

Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo OXFAM.

A Ministra Nilcéa Freire participou, ainda, em outubro de 2008, do IV Encontro de Mulheres Líderes Íbero-americanas, em Madri. Representando o governo brasileiro, a Ministra foi expositora do painel “Participação política e canais de participação pública”, em que apresentou um panorama das políticas públicas para as mulheres brasileiras, destacando processos como as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a estratégia de atuação política baseada no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM).

No evento, que visa incidir na agenda da temática de gênero dos países participantes e fomentar a constituição de uma Rede de Mulheres Líderes Ibero-americanas, houve uma programação específica para a delegação latino-americana, integrada por Brasil, Costa Rica, Chile, Honduras e Bolívia.

Brasília, 23 de outubro de 2008